

ESPECIAL

AJ13914-1

VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

SUPLEMENTO ESPECIAL

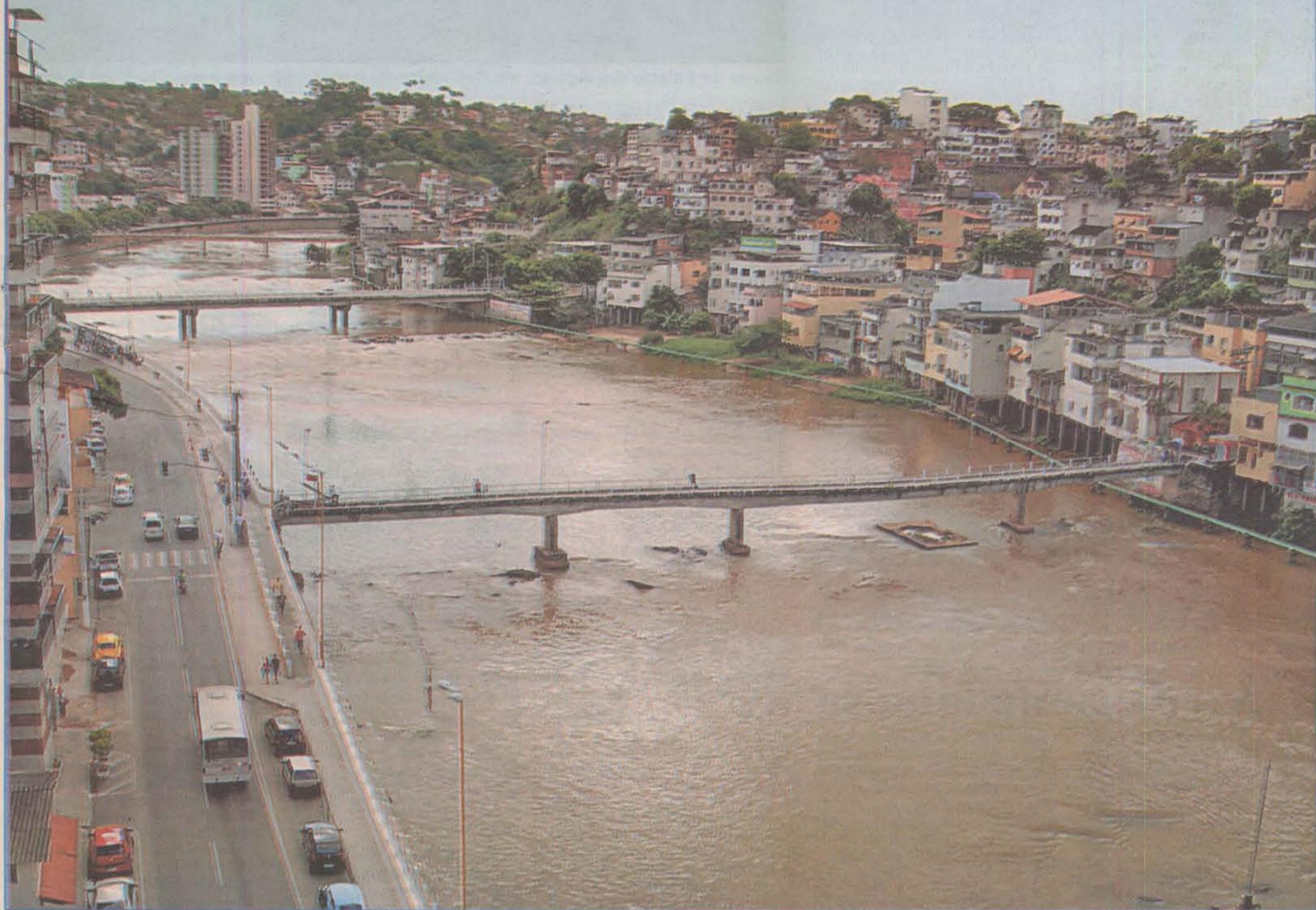
DOMINGO - 23/09/2007

Navegando os rios capixabas

PEDRO JUNIOR

Rio Itapemirim

Responsável pelo abastecimento de água de 17 municípios do Sul do Estado, que estão em sua bacia, o rio atravessa o centro de Cachoeiro de Itapemirim



Ouro motivou povoamento

A13914.2

DIVULGAÇÃO/CBH - RIO ITAPEMIRIM

A colonização efetiva da Bacia do Rio Itapemirim se deu a partir da corrida dos portugueses às minas da região de Castelo

A ocupação da Bacia do Rio Itapemirim (BRI) é repleta de fatos históricos de importância, com destaque para o embate entre os índios e os portugueses, sendo que estes últimos se lançaram à corrida do ouro, encontrado em minas de Castelo.

A atual região onde está o município já foi, inclusive, uma frente aurífera resguardada pelo governo imperial. Tal fato promoveu a primeira ocupação efetiva do solo pelos mineradores portugueses.

Historiadores dão conta que a Gruta do Limoeiro, ponto de beleza natural, serviu de cenário de uma sangrenta batalha entre os índios e os colonizadores, o que culminou com a expulsão dos portugueses que, escoraçados, passaram a colonizar a região de Marataízes, propriamente onde é hoje a Barra de Itapemirim (antigo Caxangá).

Contudo, após a independência do Brasil de Portugal, o próprio governo imperial passou a incrementar o povoamento, justificando, dessa forma, a utilização da mão-de-obra indígena nas lavouras e a conseqüente formação do aldeamento dos missionários da ordem dos Afonsinhos, onde é hoje o município de Conceição do Castelo.

Apesar da ocupação ibérica ter tido início no século XVI, quando da expansão da cana-de-açúcar como atividade econômica produtiva exclusiva da colônia, o acesso à região era difícil, com seus vales em garganta, e, ainda, coberta de florestas fechadas, o que contribuiu para que ela ficasse desconhecida e de posse dos nativos.

A partir da segunda metade do século XIX, a ocupação territorial foi dinamizada com a introdução da cafeicultura. Isso se deu pela migração de produtores do Vale do Rio Paraíba do Sul e da região sul de Minas Gerais.

Tanto no período do ciclo da cana, como nesse período inicial da economia cafeeira, a ocupação foi baseada no modelo do latifúndio, com monocultura e mão-de-obra escrava.

No final do século XIX inicia-se o processo de imigração européia (predomínio de italianos), consolidando a colonização do território capixaba por volta de 1940.

As pastagens foram ocupando espaço na bacia como sucessão das lavouras de café, acompanhando, por um lado, os ciclos de expansão e retração da cafeicultura, conforme as mudanças no mercado internacional e nas políticas agrícolas.



Ruínas do Palácio das Águias, em Cachoeiro de Itapemirim, que hospedou Dom Pedro II

Porto de entrada para imigrantes

O Porto da Barra do Itapemirim foi a principal entrada de imigrantes portugueses, italianos, franceses, libaneses e holandeses que se instalaram e colonizaram o Sul do Espírito Santo, entre 1876 e 1930.

Foi também o principal escoadouro de produtos agrícolas, madeiras e minerais trazidos por tro-

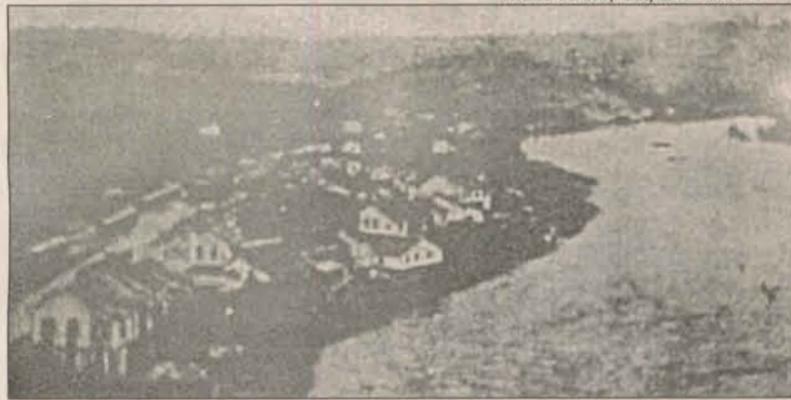
peiros até o litoral, oriundos do interior e de Minas Gerais, e levados para a Corte no Rio de Janeiro e na Bahia, no período imperial.

O patrimônio arquitetônico remanescente da segunda metade do século XIX e início do século XX está presente no que ainda resta das ruínas do Trapiche, espécie de armazém; casarão

Palácio das Águias, também conhecido como o casarão dos Soares; Igreja Nossa Senhora dos Navegantes e prédio das Oficinas da Estrada de Ferro Itapemirim.

O Palácio das Águias, inclusive, hospedou o imperador D. Pedro II. Da época do Império, ele atualmente corre o risco de ruir, tal o estado de abandono.

ACERVO GIL GONÇALVES/CBH - RIO ITAPEMIRIM



Barra do Itapemirim, em registro do final do século XIX

Berço de gente famosa

A Bacia do Rio Itapemirim (BRI) também é berço de personalidades de destaque em todo o País, como o cantor Roberto Carlos, o escritor Rubem Braga, o ator Jece Valadão e o produtor musical Carlos Imperial, dentre muitos outros filhos famosos.

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim é o principal centro econômico do Sul do Estado. É conhecida como "A Capital Secreta do Mundo", expressão que remete ao período em que exerceu hegemonia no Espírito Santo.

Com o objetivo de prolongar a

malha ferroviária no Sul, ligando-a a Vitória, passando pela região montanhosa produtora de café, tinha-se, na realidade, o interesse de atrair para o porto de Vitória a circulação da produção sulina, que estava estreitamente vinculada ao Rio de Janeiro.

Cachoeiro também acolhe a única fábrica de pios de ave da América do Sul, a Fábrica de Pios Maurílio Coelho, com mais de 100 anos de existência. Os pios são feitos em madeiras nobres provenientes de raízes de árvores extraídas no passado.

LINHA DO TEMPO

1503 – O navegador português Gonçalo Coelho visita a costa capixaba, chegando a foz do rio Itapemirim em 1º de julho de 1503.

1556 – Pero de Magalhães de Gândavo publica, em Lisboa, a obra "História da Província de Santa Cruz", que relata a descoberta do rio Itapemirim por Gonçalo Coelho.

Fernão Cardim ratifica e registra a obra, incluindo também a descoberta do manate (peixe-boi), que foi descoberto pelos índios puris e goytacazes e era encontrado em grande quantidade no rio.

1560 – O padre José de Anchieta, também em Carta Provincial Geral, faz referência ao manate e ao grande Iguaraguã (nome dado ao rio Itapemirim pelos índios).

1771 – A Barra do Itapemirim, em Marataízes, é um antigo núcleo de povoação fundado pelos portugueses que exploravam as minas de Castelo, no alto Itapemirim, quando de uma fuga de um ataque de índios puris.

1812 – Surgimento da Vila de Itapemirim. O capitão Henrique Deslandes cria a primeira linha de navegação fluvial.

1815 – Constituição do Quartel da Barca, às margens do rio Itapemirim (hoje bairro Baiminas, em Cachoeiro), no seu último trecho navegável, objetivando dar proteção aos garimpeiros e comerciantes que subiam com mercadorias e desciam com ouro nas tropas e seguiam de barco até a foz.

1840 – Surgimento da cafeicultura,

das armazéns, das vilas e fazendas ao longo do Itapemirim.

1850 – Vale do Itapemirim vira um importante pólo econômico, exercendo hegemonia inclusive sobre a região de Vitória, sendo o café a principal atividade.

1872 – Para se ter uma idéia da hegemonia da região, nessa data 72% dos trabalhadores do campo no Espírito Santo eram escravos, sendo que 64% deles estavam na Bacia do Rio Itapemirim.

1887 – Inauguração da Estrada de Ferro Caravelas, que possuía 50 Km e ligava Cachoeiro ao distrito de Rive (hoje Alegre). Havia um ramal de 21 Km fazendo transposição para Castelo.

1890 – Cerca de 49% da população capixaba se concentrava na Bacia do Rio Itapemirim, o que correspondia a 135.997 habitantes.

1903 a 1908 – Surge os trilhos da Leopoldina Railway Company (Inglês), que seguia a rota do café da capital Rio de Janeiro até Cachoeiro. Nos pontos de parada da ferrovia surgem vilas e cidades, como Muqui, Atílio Vivacqua, entre outras.

1925 – Surge o bonde em Cachoeiro.

1928 – Foi construída a Estrada de Ferro para Itapemirim, com objetivo de escoar também o açúcar para o Rio de Janeiro.

1960 – A Estrada de Ferro de Itapemirim é desativada.

Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Itapemirim

Barão e colônia de escravos no Itapemirim

A história da Bacia do Rio Itapemirim (BRI) também registra a riqueza de homens como Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, que foi a figura principal do Sul do Estado no século XIX, com suas fazendas de produção de açúcar e aguardente.

Grandes latifundiários dominavam a região de Itapemirim. Da Vila, estendiam sua soberania até Cachoeiro. De um lado do rio existiam 20 fazendas de açúcar, em sua maioria desenvolvidas a vapor. Essas fazendas abasteciam de aguardente e açúcar toda a província e exportavam ainda, em grande quantidade, para o Rio de Janeiro.

"Estava na bacia a maior colônia de escravos do Estado. Até hoje há vestígios desse período, como a comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro, onde vivem remanescentes de quilombolas", conta a socióloga Dalva Ringuier.

Outro grande incentivador do progresso ao longo da bacia foi o capitão paranaense Henrique Deslandes, que recebeu do governo imperial a concessão a vapor do rio Itapemirim.

Mais tarde, o ramal de extensão da Rede Ferroviária Leopoldina, implantado em 1912, para o escoamento da produção cafeeira, fez surgir várias cidades ao longo das suas paradas.

Expediente

Editor

Joel Soprani

Subeditor

Gleberon Nascimento

Colaborador de texto

Alessandro de Paula

Diagramação

Carlos Maciel Pinheiro

Edição de fotografia

Luiz Carlos Azevedo

Da Bacia do Itapemirim para o mundo

A13914.4

Os municípios que compõem a região hidrográfica fazem do Estado o maior exportador de rochas ornamentais do País

O Espírito Santo é o maior exportador de rochas ornamentais do Brasil, representando 65% das vendas do País. O faturamento com as exportações, no ano passado, foi de US\$ 679 milhões (R\$ 1,29 bilhão) e nos cinco primeiros meses deste ano já bate a casa dos US\$ 427,8 milhões (R\$ 812,8 milhões). Grande parte dessa riqueza sai da Bacia do Rio Itapemirim (BRI).

Segundo o Centro de Indústrias Exportadoras de Rochas Ornamentais (Centrorochas), o valor é 17,46% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado.

Da região são extraídos até 550 tipos de rochas, o que encanta os consumidores internacionais, principalmente os americanos, que são os maiores importadores. A atividade emprega diretamente até 7 mil trabalhadores na região.

As responsáveis por tudo isso são 700 empresas, distribuídas nas atividades de extração, beneficiamento e acabamento de mármore e granito, que estão espalhadas pelos 17 municípios capi-

xabas que fazem parte da BRI, sendo a maior parte delas (70%) sediadas em Cachoeiro.

A cidade polariza econômica e politicamente um conjunto de 20 municípios, que formam a região macro sul, onde residem 15,7% da população capixaba.

"A localização geográfica das indústrias ocorreu de maneira linear às margens dos mananciais da região. O pólo industrial se localiza na parte média e baixa da bacia, principalmente em Cachoeiro e Vargem Alta", conta a chefe da Divisão de Gestão de Recursos Hídricos e Resíduos da Cesan, Maria Helena Alves.

Segundo ela, a destinação final dos resíduos gerados constitui-se num grave problema ambiental na região.

Além das rochas, a BRI abriga atividades econômicas importantes, como a agropecuária, pesca e o turismo. Estão na sua área de abrangência indústrias de laticínios (Selita), metalúrgicas, calçados (Itapoã), pesca, cimento (Itabira), açúcar e álcool (Paineiras), olarias, transportes (Grupo Itapemirim), entre outras.

NÚMEROS DO SETOR

EXTRAÇÃO

400 empresas mineradoras
1.500 jazidas ativas

BENEFICIAMENTO

300 empresas de beneficiamento
1.600 teares em funcionamento
80% da atividade ocorre na região Sudeste, sendo 60% no Estado e, des-

ses, 50% no Sul do Espírito Santo
6.500 marmorarias
250 empresas exportadoras
US\$ 2,1 bilhões /ano de movimento geral (US\$ 1,8 bilhão somente no mercado interno)
500 a 550 tipos de rochas comerciais e maior variedade mundial

Fonte: Documento do Diagnóstico da Bacia do Rio Itapemirim.

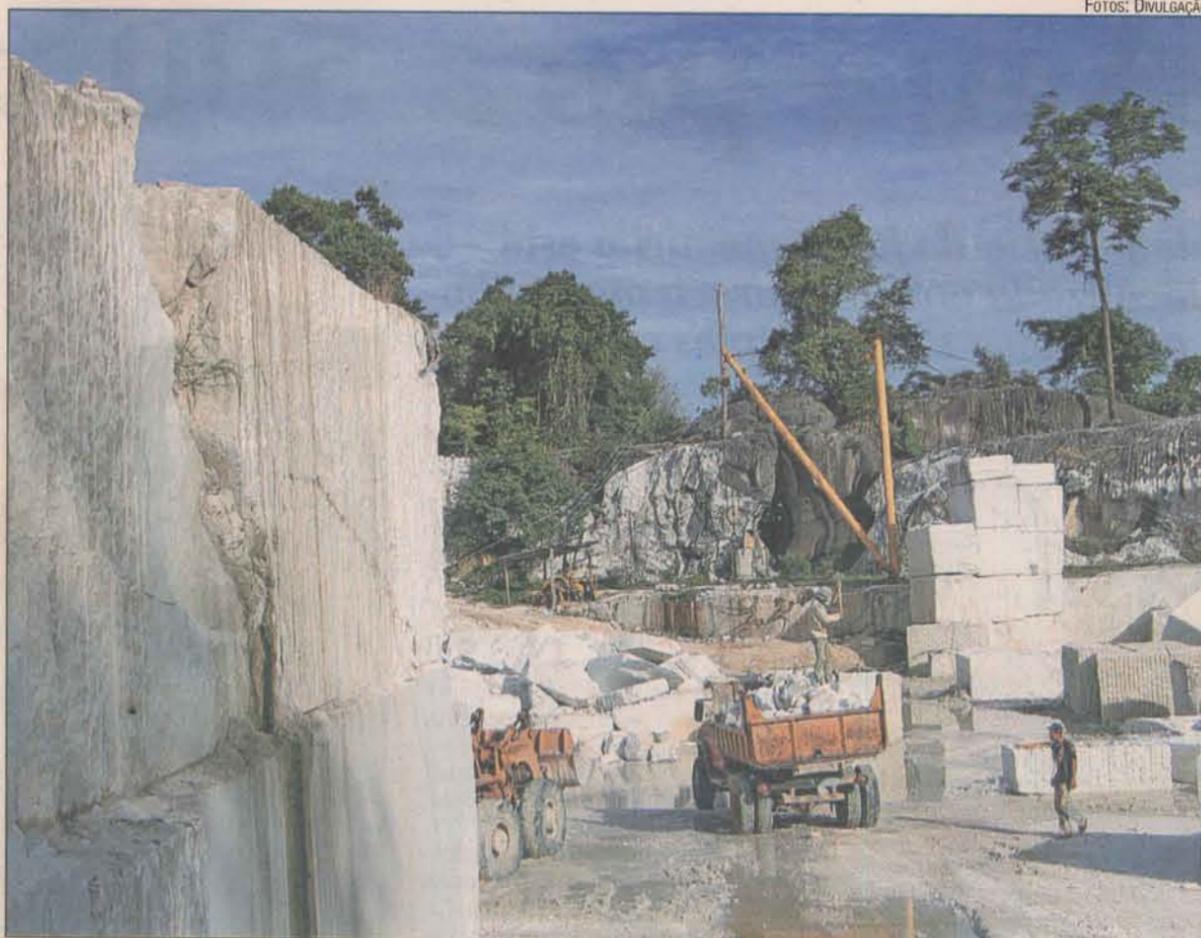
COMO TUDO COMEÇOU

No contexto do esforço industrializante do governador Jerônimo Monteiro, um fato imprevisível surgiu a partir da instalação da Fábrica de Cimento de Cachoeiro de Itapemirim.

Com a constatação de que na região existia calcário - misto dos minerais calcita e dolomita - não tardaram as iniciati-

vas de exploração das rochas na região da Bacia do Rio Itapemirim (BRI).

Assim, em 1920, dá-se início, no distrito de Prosperidade, em Vargem Alta, a exploração das primeiras jazidas de mármore, que hoje, só no município de Cachoeiro, alcançam um número de aproximadamente 700 indústrias instaladas.



Extração de mármore: atividade econômica da Bacia do Rio Itapemirim que tem fama mundial

Modelo para o setor de rochas

A Carvalho Mármores e Granitos Ltda, uma empresa familiar com 27 funcionários sediada em Cachoeiro de Itapemirim, tem servido de exemplo no desenvolvimento e aplicação de técnicas menos poluentes.

"Antigamente as empresas procuravam um lugar com bastante água para se instalar, inclusive em locais pantanosos. Hoje sabemos que é melhor se instalar em lugares altos para diminuir a contaminação da água", avalia o administrador da Carvalho, Antônio Carlos Carvalho.

A empresa construiu um tanque de concreto, conhecido como leito de secagem, que substitui o filtro-prensa industrial. "Nós desenvolvemos ainda uma forma de aproveitar a lama abrasiva, resultante do processo, para a fabricação de tijolos e lojotão", explica.

Na empresa, toda a água é reaproveitada. "Água é vida", lembra Antônio Carlos.



Tanque de concreto

Quedas d'água geram energia

Existe um grande potencial para a produção de energia hidrelétrica na Bacia do Rio Itapemirim (BRI), principalmente por micro e pequenas usinas hidrelétricas, favorecidas pelos acidentes naturais e grande disponibilidade de água superficial.

A energia sempre teve importância estratégica para o município de Cachoeiro de Itapemirim, que foi a décima cidade do País e a primeira do Estado a adquirir luz elétrica, com uma usina instalada na Ilha da Luz.

A expansão do parque fabril, no Vale do Itapemirim, exigiu novos investimentos no setor. Em 1911, foi instalada a Usina de Fruteiras, em Cachoeiro de Itapemirim, cuja potência é de 7,9MW.

Para aproveitar o potencial do Rio Alegre, foi inaugurada em 1920 e repotenciada em 2000, a Pequena Central Hidrelétrica (PHC) Alegre, que tem potência de 1,99MW.

A PCH Viçosa, de propriedade da Castelo Energética S.A., subsidiária integral da Escelsa, localiza-se no Rio Castelo e tem potência de 4,5 MW. Ela entrou em operação em 2001.

A usina São João, da Castelo Energética S.A., subsidiária integral da Escelsa, está localizada no Rio Castelo, entre os municípios de Castelo e Conceição do Castelo. A usina tem potência de 25MW.

A bacia apresenta ainda um enorme potencial para implantação de várias micro e pequenas usinas hidrelétricas.

Agroturismo é exemplo

Na Bacia do Rio Itapemirim (BRI) já existem experiências agroturísticas que estão entre as pioneiras no Brasil, localizadas nos municípios de Venda Nova do Imigrante, Castelo e Vargem Alta, e que vem se configurando como alternativas econômicas de extrema relevância.

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre (Eafa), o Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo (Caufes) e o Centro de Pesquisa da Emcapa servem como atração turística e ponto de fomento às pesquisas agrônomicas.

A região da BRI é privilegiada pela variedade paisagística que ostenta. As variações de altitudes na região permitem que se encontre desde os terrenos mais baixos - com as praias e as planícies litorâneas -, até áreas com altitudes de 1.500

metros acima do nível do mar, como é o caso do Parque Nacional do Caparaó, em Ibitirama, Irupi e Iúna.

Na sua parte alta, onde estão as principais nascentes do rio Itapemirim, os turistas podem desfrutar de inúmeras cachoeiras de águas cristalinas, piscinas naturais, vales e mata atlântica intocável com sua rica fauna e flora.

A região também transformou-se no ponto alto dos esportes de aventura, como o vôo livre, rapel e trilhas. Em Conceição do Castelo, existem diversas fazendas que preservam a memória da época da escravidão negra, mantendo sua estrutura e seus pertences.

Em Ibatiba, a recém-criada "Rota Caminhos dos Tropeiros", que atende dentro do sistema "Cama e Café", é um atrativo a mais para os visitantes, com suas fazendas históricas.

Agropecuária tem predominância

Embora na Bacia do Rio Itapemirim (BRI) predomine a população urbana, chegando a 66% do total, a atividade que prevalece é a voltada para a agricultura.

Na exploração agropecuária da BRI predominam as atividades de pecuária leiteira e cafeicultura, ocupando respectivamente, 43,11% e 18,97% da área.

De forma bem particularizada,

em Itapemirim, predominam as culturas da cana-de-açúcar e abacaxi, enquanto que, em Venda Nova do Imigrante, destaca-se a atividade de olericultura.

"Em Itapemirim, no entorno da bacia, podemos destacar as atividades da cana-de-açúcar e a pecuária de leite e corte. Em menor escala temos outras culturas, como a mandioca, o abacaxi,

o milho e o feijão", conta o chefe do Incaper no município, Fábio Lopes Dalbom.

Itapemirim está em 1º lugar na pesca e exportação do atum e do dourado do Estado, destacando-se na gastronomia. É ainda o maior complexo pesqueiro artesanal do Brasil, exportando para EUA, União Européia e países do Oriente Médio.

Programa inédito no Estado

AS13914-5

Para conter a erosão e enchentes, pesquisadores da Ufes e da Eafa vão descobrir a quantidade de água que infiltra até o lençol freático

Uma iniciativa inédita no Estado, uma equipe de pesquisadores do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Alegre, e da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (Eafa) vai monitorar a quantidade de água da chuva que cai e o quanto dela é infiltrado até o lençol freático para, a partir do resultado, conter a erosão e as enchentes ao longo da Bacia do Rio Itapemirim (BRI).

A proposta é instalar dois conjuntos de estações de monitoramento: uma climatológica (cujos dados serão transmitidos via satélite) e outra limnimétrica (apoia em medições regulares de vazão). Das duas estações, uma ficará na parte baixa da bacia, na área de propriedade da Ufes, em

Alegre, e outra na região de cabeceira.

“A proposta do estudo é conhecer a dinâmica hidrológica, ou seja, o que acontece com a água da chuva que cai em determinada área. Queremos saber se a água vai infiltrar no solo. Se isso ocorrer, ela vai alimentar o lençol”, conta o professor da Eafa e doutor em Solos e Nutrição de Plantas, João Batista Pavesi Simão.

E prossegue: “Caso contrário, se tivermos escoamento superficial, menor volume irá para o lençol e isso trará maiores oscilações no volume de água do manancial, provocando enchentes no verão chuvoso e baixíssimas vazões no inverno seco.”

Segundo ele, décadas de manejo inadequado do solo têm reduzido a capacidade produtiva de boa parte das terras da bacia. “Va-



João Batista Pavesi Simão, doutor em solos, mede a quantidade de chuvas na região

mos avaliar a dinâmica da água, para sabermos quanto se perde por enxurrada. No futuro, teremos informações indispensáveis às ações de manejo visando aporte de água e conservação do solo, prevenindo perdas acentuadas por erosão”, contou.

O programa deve estar implantado no ano que vem. Ele vai contar ainda com o apoio do Idaf, do Incaper, do Ministério Público, de um produtor rural, além do comitê de bacia, da Pastoral Ecológica e da iniciativa privada.

Bacia é objeto de pesquisa

Medir os impactos da degradação causados à Bacia do Rio Itapemirim (BRI) e, por meio da adoção de práticas de revitalização, revegetação e conservação do solo, ampliar a quantidade e a qualidade da água que é fornecida por seus mananciais.

Com esse objetivo funciona o Núcleo de Pesquisa e Difusão de Tecnologia em Floresta, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável (Nedtec), vinculado ao Centro de Ciências Agrá-

rias da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Com sede em Jerônimo Monteiro, o Nedtec possui uma equipe de professores e técnicos que atua no diagnóstico da bacia.

“Os primeiros projetos foram de elaboração de um diagnóstico da bacia com relação à produção de água em quantidade e qualidade nas diferentes sub-bacias que a compõem”, explica o professor do CCA da Ufes, Roberto Avelino Cecílio.

Mais de 15 milhões em saneamento

A Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) planeja, até 2010, aplicar R\$ 15,8 milhões em obras de esgotamento sanitário e melhorias no abastecimento de água para a população dos municípios de Ibatiba, Iúna, Irupi, Muniz Freire, Castelo, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Muqui, Atilio Vivácqua e Presidente Kennedy, banhados pelo rio Itapemirim. Confira os investimentos:

Castelo – A companhia está finalizando as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água da sede, no valor de R\$ 3,7 milhões, beneficiando mais de 25 mil habitantes.

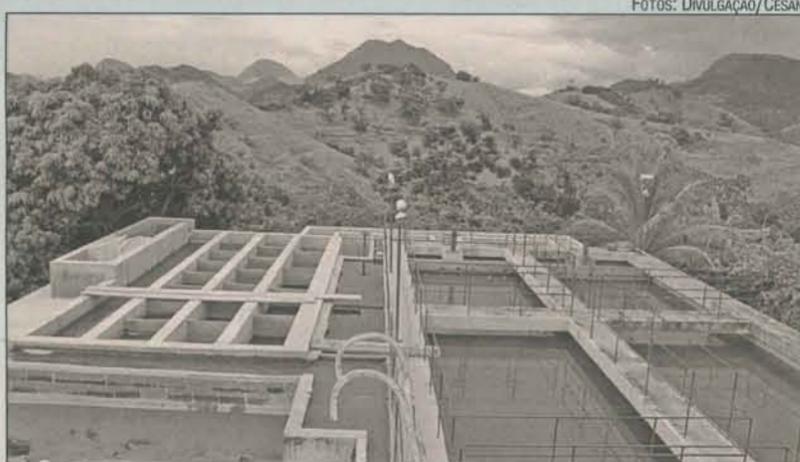
Estão sendo substituídos quase três mil metros de adutora de água tratada. Já a Estação de Tratamento de Água (ETA) do município está sendo ampliada. Um reservatório com capacidade para 1.700 m³ está em construção.

Venda Nova do Imigrante – Estão sendo investidos R\$ 3,9 milhões na implantação de 6 mil metros de adutora, de 13 mil metros de rede de distribuição e em melhorias físicas nas estações elevatórias e de tratamento de esgoto.

Também serão construídos mais de seis mil metros de redes coletoras de esgoto e uma barragem no Córrego Bananeiras, beneficiando 22 mil pessoas.

Ibatiba – A Cesan pretende ampliar o sistema de água e construir barragem, além de melhorar o sistema de esgotamento sanitário, com recursos da ordem de R\$ 2,3 milhões.

Iúna – Estão em andamento melhorias no sistema de distribuição de água da sede e de Pequiá, com recursos da ordem de R\$ 413 mil. Pelo menos 12.800 habi-



FOTOS: DIVULGAÇÃO/CESAN

tantes serão atendidos.

Irupi – Estão sendo aplicados R\$ 371 mil em intervenções, como na ampliação e melhoria da Estação de Tratamento de Água da sede. Também está programada a implantação e operação do sistema de esgotamento sanitário do município.

Muniz Freire – A companhia implantará sistemas de esgotamento sanitário em Piaçu e em Alto Norte e complementará o da sede, além de realizar captação alternativa, elevatórias e redes de água. O valor investido será de R\$ 4,3 milhões para atender a 10 mil habitantes.

Conceição do Castelo – Estão previstos R\$ 310 mil para implantação do sistema de abastecimento de água de Taquaruçu, Mata Fria e Indaiá, dentro do programa Pró-Rural, e para a construção de 860 metros de redes de água e melhorias nas elevatórias e Estação de Tratamento de Água.

Muqui – Serão destinados R\$ 170 mil para execução de elevatória de água bruta; construção de dois mil metros de redes de água na sede; substituição de 2.200 metros de adutora de água bruta para aumento de produção e eliminação de vazamentos; elaboração de projeto de nova captação de água e reforma do

escritório de atendimento ao público.

Presidente Kennedy – Estão sendo aplicados R\$ 40 mil em melhorias operacionais na Estação de Tratamento de Esgoto, elevatórias, emissários e redes coletoras.

Atilio Vivácqua – A Cesan investirá R\$ 339 mil na ampliação e melhoria

do sistema de abastecimento e tratamento de água de Antas e Flexeiras e na construção de dois mil metros de redes e ligações prediais de água na sede.

Também estão previstas a substituição de adutoras de água tratada nos bairros Niterói e Alto Niterói e melhorias na estação de tratamento de água e na elevatória de água bruta.

Obras concluídas (2003 a 2006)

Ibatiba – As elevatórias de água passaram por melhorias e foram construídos 3,5 quilômetros de redes de água.

Iúna – Houve a implantação de floculador e decantador no sistema de abastecimento de água de Pequiá e melhoria operacional na Estação de Tratamento de Água.

Além disso, foram construídos mais de dois mil metros de redes de distribuição de água nos bairros Nossa Senhora da Penha e Quilombo, no valor de R\$ 280,5 mil.

Irupi – Ocorreu a ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água municipal, num total de R\$ 295 mil investidos.

Fonte: Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan)



Prioridade é o plano de bacia

A013914-6

Com a diretoria permanente eleita no mês de abril, o Comitê do Rio Itapemirim já discute o termo de referência para elaboração do plano

GLEBERSON NASCIMENTO

Atuando oficialmente desde abril deste ano, o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Itapemirim já tem planos para o futuro e a prioridade está voltada para a elaboração do plano de bacia, que deverá ser colocado em prática a partir do ano que vem, segundo informou a presidente do comitê, Horlandezan Berlides Nippes Bragança.

"Instituído o comitê, o colegiado tem se reunido para discutir o termo de referência, que vai nos dar uma espécie de orientação para a elaboração do plano", explicou.

De acordo com Horlandezan, que também exerce o cargo de secretária de Meio Ambiente de Cachoeiro de Itapemirim - município de maior importância econômica dos 18 que fazem parte da bacia -, o plano deverá contemplar as áreas de carga das nascentes.

"A bacia é bem drenada, mas mal manejada. Não estamos alimentando os lençóis freáticos e, por seqüência, as nascentes", avaliou.

E prossegue: "Nosso trabalho é de diálogo com os municípios. É preciso recuperar as matas ciliares, implantar bosques em áreas de pastagens, onde há um acelerado processo de esgotamento dos solos, e, princi-

palmente, trazer os proprietários rurais para o nosso lado. Afinal, a maioria das nascentes está em área particular", conta.

O plano de bacia é um instrumento fundamental na gestão dos recursos hídricos, já que ele concilia o uso da água avaliando a previsão de investimentos, garantindo água com qualidade e quantidade para as gerações futuras. Nele, são reunidas informações técnicas como vazão do rio, uso do solo, condições socioeconômicas, dentre outros.

A analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do lema Viviane da Silva Paes destaca que "o plano não é um instrumento burocrático, que, após o trabalho de pesquisa, deve ficar esquecido numa gaveta".

"Pelo contrário, é um instrumento dinâmico, uma projeção do que se quer para o futuro, mas construído a partir da experiência das pessoas que vivem diariamente os problemas da bacia", frisou.

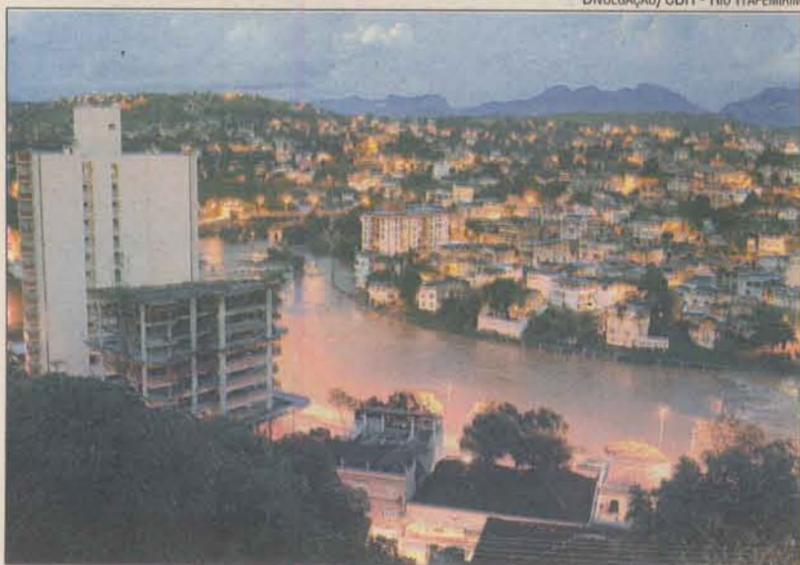
EMENDA

Segundo informou o subgerente de Planejamento de Bacias Hidrográficas e Apoio a Comitês do Iema, Cláudio de Almeida, há uma emenda parlamentar, de autoria do deputado Sérgio Borges, que prevê R\$ 35 mil para ajudar na elaboração do Plano Diretor da Bacia do Rio Itapemirim.



Horlandezan: prioridades

DIVULGAÇÃO/CBH - RIO ITAPEMIRIM



Rio Itapemirim: maior controle dos recursos hídricos

Trecho do rio Itapemirim: comitê ajuda a garantir a preservação do manancial



Diagnóstico mostra situação

Empobrecimento e envelhecimento da população rural, que é obrigada a migrar para os grandes centros urbanos, e estagnação das cidades que compõem a bacia, com precariedade dos serviços públicos oferecidos. Esse foi o cenário encontrado pelo "Diagnóstico da Bacia do Rio Itapemirim".

Elaborado pelo Consórcio Intermunicipal para a Recuperação da Bacia do Rio Itapemirim, por meio do Grupo de Desenvolvimento Sustentável (Geades), o trabalho foi feito inicialmente há cerca de 20 anos e revitalizado no período de 2002 a 2004.

"Na comunidade de Roseira, em Alegre, há 10 anos havia 120 famílias. Hoje, existem 12 famílias. Devido à falta de investimento na agricultura (a monocultura do café e do leite), houve um desgaste muito grande do solo e não foram realizadas políticas pú-

blicas para manter os jovens no campo", explicou a socióloga Dalva Vieira de Souza Ringuier.

E prossegue: "Cachoeiro criou, nos últimos 10 anos, 12 bairros carentes, onde falta infraestrutura básica. Um dado preocupante do estudo é que os jovens estão indo embora do campo. Isso se reflete na zona urbana com o crescimento da violência.", comparou Dalva, que participou da elaboração do diagnóstico.

A socióloga também desempenha a função de secretária-executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó, que conta com a participação de 11 municípios, sendo que sete deles fazem parte da Bacia do Rio Itapemirim (Jerônimo Monteiro, Alegre, Ibitirama, Iúna, Irupi, Ibatiba e Muniz Freire).

Expedições e documentário sobre o rio

Para melhor conhecer os problemas da Bacia do Rio Itapemirim (BRI) e, a partir deles, propor soluções foram realizadas três expedições científicas ao longo do rio: uma em 1997 e outras duas em 2004, que levaram à criação de um documentário.

O resultado dos trabalhos foi um diagnóstico. Ele aponta que 200 hectares de mata já foram devastados, várias espécies nativas de peixes já não existem mais e a degradação do meio ambiente resultou no surgimento de várias áreas totalmente improdutivas.

As informações deram origem a um documentário que serve de orientação para as escolas dos municípios da bacia.

COMO NASCEU O COMITÊ

Monografia - A preocupação quanto à preservação e à recuperação da Bacia do Rio Itapemirim (BRI) surgiu, em termos de grupo social, na década de 80, quando um grupo de universitários do Curso de Ciências Sociais da Fafi, atual Centro Universitário São Camilo, levantou a problemática por meio de uma monografia intitulada "Para Onde Vai o Rio Itapemirim".

Associação - A partir desse trabalho, surgiu, em 1986, a primeira ONG do Sul do Estado: a Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (Aabri). A entidade assumiu o papel de mobilizar a população e conscientizá-la acerca das questões ambientais da bacia.

Consórcio - Em 1989, começou a ser debatida a possibilidade de criação de um consórcio. Em 1995, foi assinado um Protocolo de Intenções entre o governo do Estado e os municípios. No entanto, não houve efetivação do processo, cuja criação foi adiada para 1997.

Caufes - Outras iniciativas foram tomadas ao longo dos anos. Uma delas foi a do Centro Agropecuario da Universidade Federal do Espírito (Caufes) de assumir a coordenação técnica do consórcio, constituindo uma equipe multi-institucional formada por professores, técnicos de órgãos públicos, secretarias municipais e organizações não-governamentais.

Diagnóstico - Esse grupo deu início ao estudo para a realização de um Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental da Bacia, a base para

a retomada de todo o processo de consolidação do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Itapemirim, efetivado em 2006 com a assinatura do decreto do governador Paulo Hartung.

Expedição I - Em 2004, foi realizado o seminário da 1ª Expedição Científica do Rio Itapemirim, quando foi apresentado o diagnóstico realizado durante a expedição. Na oportunidade, foram assinados os termos de adesão da criação do comitê provisório da Bacia do Rio Itapemirim (BRI), de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97.

Expedição II - Em setembro do mesmo ano, foi realizada a segunda etapa da expedição.

Dominialidade - Em 20 de dezembro aconteceu uma reunião com a presença do governador Paulo Hartung e o presidente da Agência Nacional das Águas (ANA), Jo-

sé Machado, passando a dominialidade do Rio Itapemirim da União para o Espírito Santo.

Comitê - O governo do Estado, no dia 20 de julho de 2006, publicou no Diário Oficial o decreto que institui o CBH - Rio Itapemirim, quando foi criada uma diretoria provisória. O comitê foi composto por representantes do Poder Executivo, da sociedade civil organizada e por usuários de recursos hídricos.

Eleição - No dia 19 de abril de 2007, ocorreu a eleição e posse da diretoria definitiva do CBH, no auditório da Estação de Tratamento de Esgoto da Citágua, em Cachoeiro de Itapemirim. Foram eleitos: Horlandezan Bragança (presidente), Antônio Carlos de Alencar (vice-presidente) e Dalva Ringuier (secretária-executiva).

Atribuições - É função do comitê: acompanhar o plano de proteção, conservação, recuperação e utilização dos recursos da bacia, referendado em audiências públicas; aprovar a proposta do plano da bacia hidrográfica; propor o enquadramento dos corpos d' água e a cobrança pelo uso da água; e mover entendimentos, cooperação dos programas dos usos dos recursos hídricos.

E, ainda, submeter ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) critérios e normas administrativas gerais para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, ouvida a Agência de Bacia.

DIVULGAÇÃO/CBH-RIO ITAPEMIRIM



Reunião para discutir a formação do comitê

Fonte: CBH - Rio Itapemirim

Seminário sobre o uso da água

Agricultores dos 17 municípios que compõem a Bacia do Rio Itapemirim vão receber orientação sobre a outorga e licenças para barragens

Orientar os usuários de água para a importância de requerer o direito de uso. Como esse objetivo, será realizado, na próxima quarta-feira, no Núcleo de Estudo e de Difusão de Tecnologia de Floresta, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável (Nedtec), em Jerônimo Monteiro, o "Seminário Sobre o Uso Racional da Água: Outorga é Instrumento de Gestão".

O seminário, que é uma iniciativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Itapemirim, tem como objetivo tirar dúvidas sobre a outorga de uso de recursos hídricos, além de esclarecer produtores rurais sobre o licenciamento para construção de barragens.

Servidores do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), órgão responsável pela concessão da outorga, e do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), que é responsável pelo licen-

ciamento de pequenas barragens e sistemas de irrigação, vão proferir palestras sobre o assunto.

Os participantes vão receber informações acerca dos procedimentos (documentação e prazos) para fazer uso dos dois

instrumentos (outorga e licenciamentos) e, ao mesmo tempo, cumprir a lei.

"Essa é uma iniciativa inédita e escolhemos a Bacia do Rio Itapemirim para dar início aos trabalhos porque lá é forte o processo de mobilização", destacou a secretária-executiva do CERH, Ana Maria Pastorello, lembrando que o seminário é voltado para os pequenos produtores, associações e secretarias.

O evento, que vai contar com a presença da presidente do CERH e diretora-presidente do Iema, Maria da Glória Abaurre, será tam-

bém promovido em outras bacias, dentre elas as dos rios Santa Maria do Rio Doce, Guandu, Santa Maria da Vitória, Jucu, Benevente, Novo, Jacaraípe e no pró-comitê do São José. O próximo ocorrerá na Bacia do Rio Itaúnas.

A secretária-executiva do CBH Rio Itapemirim, Dalva Ringuier, disse que está feliz pelo fato de o seminário ter início na bacia e lembrou que será uma oportunidade para os agricultores receberem informações sobre a Lei da Reserva Legal, que destina 20% da propriedade para atividades de preservação.



Glória Abaurre: presença



A utilização das águas do rio Itapemirim vai ser debatida durante o seminário

FIQUE POR DENTRO

O que é o CERH?

É um órgão colegiado central de deliberação superior do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, tendo funções deliberativas, normativas e recursais, sendo integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e auxiliar nas ações administrativas comandadas pela pasta.

O que é outorga?

É um instrumento no qual o poder público faculta ao usuário o direito de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, por prazo determinado. Ela assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. Não se trata de um documento de posse da água, mas do simples direito de utilizá-la para determinada atividade.

Qual a sua importância?

Ela possibilita uma distribuição mais justa e equilibrada da água. Também dá segurança de investimento ao usuário que faz uso do recurso natural em seu empreendimento.

Mais informações

Telefones: (27) 3136-3525/3516/3517/3518

Fonte: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema)

84 milhões de árvores plantadas.

Se você acha que isso é muito, para a Vale é só uma semente.

Cada semente germinada na Reserva Natural da Vale do Rio Doce, em Linhares, se transforma em grandes resultados para o meio ambiente. Com o desenvolvimento de pesquisas e muita dedicação, a Vale plantou, nos últimos 30 anos, 84 milhões de mudas. E vai plantar muito mais. Áreas como o Cinturão Verde do Complexo

Industrial de Tubarão, a mata do Convento da Penha, encostas da cidade de Vitória e muitas outras áreas da Mata Atlântica foram recuperadas com mudas produzidas na Reserva. Produzindo mudas, plantando e preservando, a Vale faz do respeito ambiental uma semente para o futuro.

Ameaça de desertificação

A utilização inadequada do solo e a poluição dos mananciais criaram problemas que comprometem a bacia do rio

GLEBERSON NASCIMENTO

O processo de degradação vivenciado pela Bacia do Rio Itapemirim (BRI), que foi submetida a mais de um século de manejo inadequado do solo, aliado à ação humana, que polui os mananciais, acende uma luz de alerta: a ameaça de desertificação em algumas regiões.

Sinais desse cenário já começam a aparecer: diversas nascentes e córregos secaram ou se tornaram temporários e o gado morre de fome. A estiagem castiga o Sul do Estado como há muitos anos não ocorria. Por causa do desmatamento, a bacia só possui 7% da sua cobertura florestal original, o que influencia na vazão permanente do rio.

Estudioso do problema, o professor da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (Eafa) e doutor em Solos e Nutrição de Plantas, João Batista Pavesi Simão, faz um prognóstico:

“Se somarmos às áreas de pastagens degradadas as delavou-
ras, de mineração de rochas or-

namentais e as urbanas, podemos supor que mais da metade da bacia requer atenção com urgência”, explica.

Segundo o professor, em anos de baixa precipitação pluviométrica, já se verificam algumas tendências à desertificação. Índícios dessa constatação é o aparecimento da espécie *Calothropis procera* (algodão de seda), planta originária da Índia, colonizando grandes áreas de pastagens em Cachoeiro, Castelo, Jerônimo Monteiro e Alegre.

Para reverter o quadro, Pavesi reforça que é preciso refrear o processo de degradação, utilizando técnicas sustentáveis de manejo.

“É preciso proteger as nascentes com cerca para evitar a entrada de animais bovinos e eqüinos. É importante que as cabeceiras estejam reflorestadas e os olhos d'água protegidos”, sugere.

E completa: “Não basta prever o plantio de árvores de forma exclusiva. É preciso incentivar mudanças no manejo, com incentivos fiscais. O Estado precisa de um programa ambiental com viés econômico sustentável.”



Área em acelerado processo de desertificação na bacia

OS OUTROS PROBLEMAS

Ao longo dos últimos 17 anos foram identificados os seguintes problemas na Bacia do Rio Itapemirim:

- Depredação dos recursos naturais: atividades mal-manejadas de mineração, uso inadequado e manejo do solo, construção de barragens e atividades de irrigação em desacordo com normas técnicas, falta de infiltração das águas das chuvas no solo, construções às margens do rio, construção inadequada de estradas de terra, apropriação ilegal da fauna e flora, indícios contaminação de recursos alimentares e animais e plantas por agrotóxicos e metais pesados.

- Baixo índice de cobertura florestal: principalmente naqueles espaços associados às nascentes de corpos d'água, mata ciliares e zonas de recarga de aquíferos.

- Ações diretas do homem: inadequada estruturação e localização de áreas urbanas, falta de planejamento sócioambiental (PDM) associada ao avanço urbano em áreas protegidas legalmente

Fonte: Diagnóstico da Bacia do Rio Itapemirim, elaborado pelo Consórcio da Bacia do Rio Itapemirim, atualizado em 2004



Rios e córregos secaram como consequência da degradação

OS TRÊS MAIORES VILÕES

FOTOS: CBH - RIO ITAPEMIRIM



As três principais causas de degradação foram definidas pelo Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que fez estudos para avaliar o total pluviométrico médio, a altitude e a temperatura média anual estimada em 12 localidades da bacia.

1º Esgotos urbanos “in natura”

2º Subprodutos do processamento da cana-de-açúcar

3º Detritos sólidos e metais pesados, notadamente o ferro, das indústrias de beneficiamento de mármore e granito

Obs.: Outros problemas, de menor intensidade, estão associados ao lançamento de agrotóxicos nas encostas.

Lama e vinhoto no rio: degradação

O lançamento da lama abrasiva e do vinhoto, subprodutos das cadeias produtivas de rochas ornamentais e da cana-de-açúcar, constitui-se em fontes poluidoras da Bacia do Itapemirim.

Com as indústrias estão localizadas às margens dos rios, há aumento de rejeitos industriais nos leitos em decorrência do lançamento de resíduos de mármore adicionados à granelha de ferro, abrasivo utilizado para a serragem.

Bagre africano vira problema

A introdução de 15 espécies exóticas na Bacia do Rio Itapemirim, como a tilápia, o tucunaré, o pintado, e, principalmente, o bagre africano, acendeu um sinal de alerta para biólogos e a comunidade em geral.

“O bagre é o maior predador do rio. Ele é uma ameaça porque é capaz de agüentar mais de dois dias fora d'água e come tudo que encontra pela frente, predando até mesmo a sua própria espécie”, contou a ambientalista Dalva Ringuier.

Falta rede de esgoto nas casas

O saneamento básico é um problema crucial apontado na Bacia do Rio Itapemirim, que apresenta, em média, 66% dos seus domicílios com esgotamento sanitário inadequado.

No interior dos municípios, muitos moradores não têm ligação das suas casas aos serviços de saneamento. “Houve um avanço, já que 10 cidades tratam o esgoto. Em Cachoeiro, 85% dele é tratado”, contou Antonio Carlos de Alencar, vice-presidente do CBH Rio Itapemirim.

O QUE ELES PENSAM

“O rio é quase milagroso”

“Apesar de receber muitos impactos. A capacidade de autodepuração do rio é muito grande. Ele é quase milagroso. Nossa prioridade é sensibilizar os usuários da bacia para o manejo correto dos recursos hídricos.”

Horlândezan Bragança, presidente do CBH Rio Itapemirim

“O rio perdeu 50% da vazão”

“Por causa do desmatamento, a bacia só tem 7% de cobertura vegetal, o que influencia na vazão permanente do rio. Hoje, ele perdeu 50% de sua vazão em relação há cerca de 60 anos.”

Dalva Ringuier, secretária-executiva do CBH Rio Itapemirim

“Não podemos relaxar”

“A condição do rio é boa, se comparado ao Jundiá, Paraíba do Sul e até o Doce. Mas, não é por isso que podemos relaxar. Quanto mais cedo tivermos ações de preservação, mais barato será a sua manutenção e melhor a qualidade de vida na região.”

Antônio Carlos de Alencar, vice-presidente do CBH Rio Itapemirim

“O nível de degradação é alto”

“É possível observar na bacia, na sua

parte alta, uma cobertura florestal maior. Agora, na parte média-baixa, o nível de degradação é bastante alto. Principalmente decorrente da exploração de rochas ornamentais e pelo seu forte adensamento urbano.”

Fábio Ahnert, gerente de Recursos Hídricos do lema

“A ocupação é irregular”

“É preciso mais atenção ao problema da erosão - desce uma grande quantidade de solo com as chuvas -, e com o estrangulamento das margens nas cidades. A ocupação irregular leva às enchentes durante o período das cheias. É preciso investir nos planos diretores municipais.”

Antonio Sérgio Mendonça, professor da Ufes

“A atenção deve ser redobrada”

“O desmatamento do entorno de nascentes e a ocupação irregular de áreas de preservação vêm provocando uma situação preocupante: a escassez hídrica e a intermitência de cursos d'água. A atenção deve ser redobrada porque a degradação já se iniciou nas cabeceiras, nos municípios do entorno do Caparaó.”

Maria Helena Alves, chefe da Divisão de Recursos Hídricos e Resíduos da Cesan

“É possível caminhar no seu leito”

“O assoreamento é muito grande, devido à má utilização do solo nas propriedades agrícolas, o que fica agravado com a falta da mata ciliar. Um rio, que antes era navegável, agora se pode caminhar em certas áreas tranqüilamente no seu leito.”

Fábio Dalbom, chefe do Incaper de Itapemirim

“O lixo é um grande problema”

“O destino de todo o lixo produzido na bacia é o seu depósito a céu aberto nos lixões, o que ocasiona um grande problema. Dos 18 municípios, somente em Cachoeiro ele é depositado em um aterro sanitário. A área de crescimento urbano da região do Itapemirim vem se expandindo sem infraestrutura compatível com a sua produção diária de lixo.”

Vera Lúcia de Paz, socióloga

“O manejo é inadequado”

“Nos anos 80, drenos profundos foram feitos secando nascentes. Isso ocorreu em todo o Estado, mas com mais força na bacia do rio Itapemirim. Isso reduz o volume de água nos lençóis e seca os olhos d'água. O manejo é inadequado.”

João Batista Pavesi Simão, professor da Eafa

Saudades do rio de antigamente

Mandi pesca no rio Itapemirim há 50 anos

Pescadores relembram o tempo em que a fartura de peixes era maior. Muitos ainda sobrevivem do que conseguem pescar no rio

A costuma-se a ficar horas na beira do rio Itapemirim e depender dele para o sustento, os pescadores são os que mais sentiram as

mudanças ao longo dos anos no principal rio do Sul do Estado.

“Chegava a pescar mais de 50 quilos num único dia. Sustentava toda família. Hoje, são três ou quatro quilos por dia. Não dá para quase nada”, comenta o pescador Jovenil Ribeiro, de 57 anos.

Mandi, como é mais conhecido, tem 50 anos de pesca no rio Itapemirim. Pessoa popular

cuja determinação chama a atenção. Sem a perna direita, o pescador desce diariamente um muro de mais de três metros para chegar ao seu bote, que fica amarrado às margens do rio.

Trabalha sozinho. Alguns dias pela manhã. Outros, à noite. “De vez em quando, tenho a companhia de uma lontra. O animal parece um gato gigante que fica perto de meu barco”, conta.

Pedreiro de profissão e pescador nos momentos em que está parado, Jonas de Oliveira, de 43 anos, diz que a pescaria é responsável por socorrer sua família em algumas situações.

Casado e pai de seis filhos, Jonas nestes últimos dias depende apenas do que consegue retirar do rio Itapemirim para comprar comida para casa, já que não tem outro serviço.

Ele lamenta a queda na pescaria nos últimos anos e acredita que ela piorou depois da instalação da rede de coleta de esgoto que foi construída nas duas margens do rio. A obra faz parte do programa de despoluição do Itapemirim.

“Gostando ou não, o peixe se alimentava exatamente do que saía das casas e era lançado no rio. Depois que colocaram esses canos, caiu e muito a pesca”, disse. Há uns três anos, fazia em média 10 quilos por dia, hoje não consegue três quilos.

Ele também denuncia a extração de areia no leito do rio e aterros à margem do afluente. Mas na opinião do porteiro Edmário Sena Araujo, 53, o bagre-africano é o grande vilão.

Ao contrário dos outros dois, Edmário conta que pesca pelo prazer. Doa o que captura no rio para amigos ou leva para casa. Ele garante que o bagre já tomou conta do rio. “Ele se alimenta dos peixes menores e está acabando com as outras espécies”, diz.



Comece hoje
a preservar
o amanhã.

Os rios, mares e mangues são grandes fontes de vida. Por isso, a Cesan investe cada vez mais em obras de saneamento e cuida da água desde a sua captação até a devolução ao meio ambiente, preservando a natureza e garantindo um futuro com mais saúde e qualidade de vida para a nossa e para as outras espécies.

CESAN 40
Qualidade em saneamento
www.cesan.com.br

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado
www.es.gov.br

REVISTA DO
MEIO AMBIENTE
ANO 30 | Nº 360

2060
COM A AJUDA DE TODOS,
CONSEGUIMOS REVERTER AS
PREVISÕES CATASTRÓFICAS
PARA O MEIO AMBIENTE

ESPÍRITO SANTO
20 LUGARES QUE VOCÊ
PRECISA CONHECER

RECUPERAÇÃO
DOS RIOS:
UM TRABALHO
COM EXCELENTE
RESULTADOS

Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim

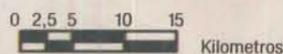


Legenda

- Limite OttoBacia - 7716
- Unidade de Conservação
- Limite Municipal
- Rios
- Sede Municipal



Escala - 1:700.000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Meridiano Central - 39° GR. - Zona 24 Sul
 Datum Horizontal - South American Datum 1969 (SAD 69)



PRESERVAR VOCÊ JÁ SABE. FAÇA O MESMO COM AS ÁRVORES.

Todo mundo já conservou alguma coisa um dia: um antigo eletrodoméstico ou algum objeto de valor sentimental. Aproveite que você já tem experiência e ajude a preservar as árvores. Afinal, elas evitam o assoreamento dos rios e contribuem para sua preservação, o que é fundamental para que nós e as futuras gerações tenhamos mais saúde e qualidade de vida.

Instituto Estadual
de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos - IEMA

Secretaria
do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos



Apaixonados pelo rio Itapemirim

Iniciativas de pessoas simples e de empresas privadas têm dado esperança de um futuro melhor para os municípios da bacia

GLEBERSON NASCIMENTO

Da monografia intitulada "Para onde vai o rio Itapemirim", desenvolvida por um grupo de universitários, em 1986, nasceu um amor incondicional pelo rio, que até os dias de hoje marca a luta pela preservação dos recursos hídricos da região.

Remanescentes desse grupo, as cientistas sociais Dalva Ringuier e Vera Lúcia de Paz decidiram criar a Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (Aabri), que nasceu de uma fusão com o grupo "Amantes do rio Itapemirim". A esse movimento se juntaram o diretor regional do Idaf, Fábio Gonçalves, e a professora Edith Caldara.

Juntos, o quarteto teve papel fundamental na articulação de políticas públicas, nas denúncias de agressões ao rio e participou da execução de pequenos projetos, muitas vezes com recursos próprios.

O apoio técnico-científico do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Ufes também tem sido essencial, além das ações da Pastoral Ecológica de Cachoeiro.

"O primeiro passo é conscientizar as pessoas para que elas se sintam donas do rio. É preciso identidade, conhecer para preservar. O trabalho será recompensado se lá na frente to-

da essa beleza puder ser desfrutada pelas futuras gerações. Para isso, é preciso colocar a mão na massa agora", sugere Dalva.

APOIO

Atualmente, diversas ações estão sendo realizadas ao longo da bacia, muitas delas com o apoio da iniciativa privada.

"A gestão dos resíduos de rochas inova com a implantação dos aterros coletivos e alternativos. Tratando os efluentes, contribuímos para a vida do rio Itapemirim", avalia Romildo Tavares, superintendente do Sindirochas, sindicato das indústrias ligadas ao setor de rochas.

Outra iniciativa importante é o Programa Córrego Limpo, da Citágua, empresa que cuida do saneamento básico de Cachoeiro.

"Estamos eliminando todo o esgoto que era lançado *in natura* nos córregos através de coletores instalados às margens do rio. O material é encaminhado à estação de tratamento", explica o diretor-geral da empresa, Antonio Carlos Brandão.

Com reciclagem, coleta seletiva, produção e plantio de mudas, programas de educação ambiental voltados para a comunidade e funcionários, dentre outras ações, a Selita e a Usina Paineiras também têm contribuído com o meio ambiente.



Dalva: conscientização

Educação é prioridade

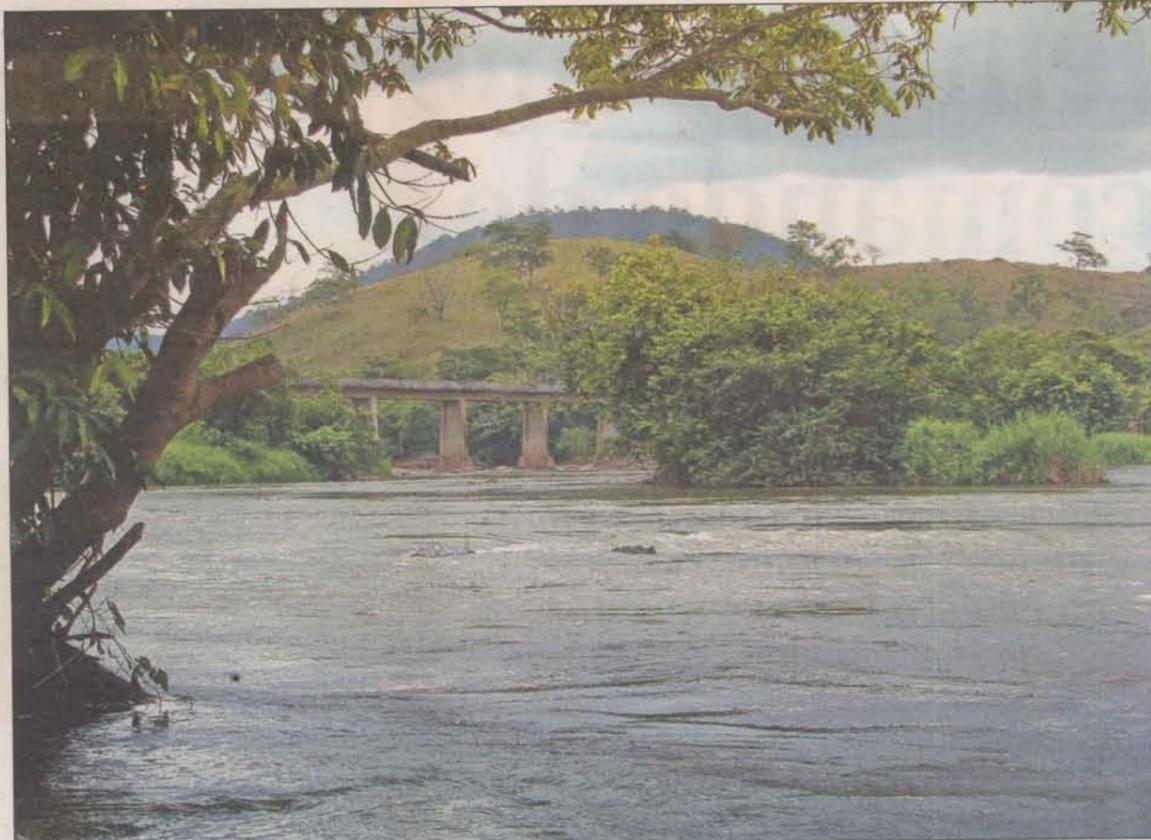
Propiciar a implantação de metodologia participativa junto à população regional para a incorporação de novos valores, com mudanças de hábitos e atitudes, em prol da redução da degradação ambiental da Bacia do Rio Itapemirim (BRI).

Com esse objetivo foi implementado o Programa de Educação Ambiental e Comunicação da Bacia do Rio Itapemirim, que tem trazido resultados positivos aos municípios que compõem a BRI.

"Estão sendo realizadas capacitações com o intuito de se

formar agentes multiplicadores. Como resultado, temos tido uma ampla participação da sociedade em iniciativas de limpeza do rio e programas para conter a degradação", contou a secretária-executiva do Comitê da Bacia do Rio Itapemirim, Dalva Ringuier.

Dentre as propostas do programa estão a melhoria do padrão tecnológico das atividades tradicionais (café e pecuária leiteira), buscando a diversidade agrícola, o incentivo ao associativismo, implantação de agroindústrias, dentre outros.



Os trabalhos de preservação do rio Itapemirim ganharam força a partir de 1986

ALGUNS PROJETOS IMPLANTADOS NA BACIA

Adote uma bacia - Mobilização da população em torno da gestão dos recursos hídricos. Foram investidos recursos nos rios Alegre e Muqui. A coordenação é da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Projeto de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio Itapemirim - Implantação de um viveiro no campus do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Espírito Santo, para a produção de mudas nativas, frutíferas e exóticas.



Maria Helena coordenou o projeto

Sistema de Informações Hidrológicas da Bacia do Rio Itapemirim (Sihbri): Fez o cadastramento e mapeamento dos usuários da bacia, através do levantamento de todas as empresas licenciadas ou em fase de licenciamento, por meio de GPS, além da digitação da localização das cartas do IBGE.

Foi realizado um diagnóstico em 35 pontos da bacia, em cinco áreas distintas. Também foi realizada a classificação dos rios, enquadramento dos corpos d'água, formação de um banco de dados e mapeamento das obras hidráulicas.

É um dos projetos mais completos já realizados na bacia e até hoje suas informações são indispensáveis à implantação de instrumentos de gestão das bacias hidrográficas, tais como a outorga e o licenciamento ambiental.

O Sihbri foi coordenado pela engenheira civil e atual chefe da Divisão de Gestão de Recursos Hídricos e Resíduos da Cesan, Maria Helena Alves.

O sistema, que nasceu de uma parceria entre a Fundação Promar, o Ministério de Meio Ambiente e a Fundação Nacional de Meio Ambiente, recebeu diversas premiações.

Vida Gerando Vidas - Teve como objetivo a implantação de um viveiro e um centro de vivência para monitorar o rio Itapemirim, Benevente e Novo.

O trabalho vem envolvendo o público da Pastoral Ecológica, que é o executor da ação na bacia. A Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (Aabri) é a responsável pela metodologia. Conta com recursos do Idaf e do Programa Nacional de Florestas (PNF).

Núcleo de Educação Ambiental de Castelo - Está vol-

tado para a sub-bacia do Rio Castelo, com viveiro de plantas nativas, centro metodológico e unidade didática de economia doméstica, dormitório e refeitório.

Núcleo de Pesquisa e Difusão de Tecnologia em Floresta, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável (Nedtec) - Vinculado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Ufes, desenvolve estudos, pesquisas, capacitação técnica, treinamento e atividades de educação ambiental na área de floresta, recursos hídricos e agricultura sustentável.

Consolidação do Parque Estadual de Forno Grande - Objetiva fortalecer o parque, no município de Castelo, para proteger a Mata Atlântica, tornando a unidade um núcleo difusor de técnicas de utilização racional de recursos naturais.

Consolidação do Parque Estadual Cachoeira da Fumaça - A intenção é transformar a área de implementação das ações educativas de toda a bacia.

Programa de Recuperação e Saneamento Ambiental dos ribeirões Cristal e Souza - Despoluição dos dois cursos d'água e tratamento de esgoto do perímetro urbano.

Diagnóstico Preliminar da Bacia do Rio Itapemirim - Foi realizado por parceiros que compunham o Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim e concluído pelo Grupo de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Geades)

Publicação da Cartilha "Vamos cuidar dos nossos rios" - De autoria de Fábio Corrêa e Luiz Schettino, foram publicados 30 mil exemplares. O material procurou traduzir as informações do diagnóstico numa linguagem acessível a todos.

Projeto Verde Vale do Itapemirim - Foi elaborado a partir de uma parceria entre o Instituto Tramirim e a Usina Paineiras e financiado com recursos do Ministério do Meio Ambiente. Prevê a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Ouvidor, de 195 hectares, em áreas da empresa, além de plano de educação ambiental, comunicação e capacitação para 24 comunidades do entorno da área Verde Vale de Itapemirim.

Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e de Produção Florestal - Tem como objetivo a implantação de um modelo tecnológico de produção e recuperação de nascentes, revegetação de áreas de encostas e faixas ciliares a rio e córregos.



Iema assume comando de três parques

Forno Grande e Mata das Flores, ambos em Castelo, e Cachoeira da Fumaça, em Alegre, estão sob o gerenciamento do instituto

Desde o último dia 3 de setembro, o gerenciamento dos parques estaduais do Forno Grande e Mata das Flores, ambos em Castelo, e da Cachoeira da Fumaça, em Alegre, que ficam dentro da área de abrangência da Bacia do Rio Itapemirim, foi transferido ao Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

A mudança ocorreu de fato no último dia 3 de julho, com a sanção da Lei nº 8.589/2007, de autoria do governador Paulo Hartung, mas durante o período de 60 dias vigorou o prazo para a regulamentação, o que expirou no início deste mês.

Até então, as unidades eram gerenciadas pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

do Espírito Santo. Com a mudança, será possível centralizar num mesmo órgão as decisões, evitando pareceres diferenciados, ao mesmo tempo em que viabiliza a criação de um Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

“Como a decisão ainda é muito recente, o Iema está mobilizando as comunidades no entorno das unidades para que elas participem de sua gestão”, conta a analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e coordenadora do Grupo de Áreas Protegidas do Iema Rita Mendes.

Dos três parques, os da Cachoeira da Fumaça e o de Forno Grande já possuem plano de manejo — documento que contém um diagnóstico do número de espécies, endemismo, zoneamento (áreas liberadas pa-

ra uso econômico), dentro outros aspectos — e estão abertas à visitação pública e pesquisa científica.

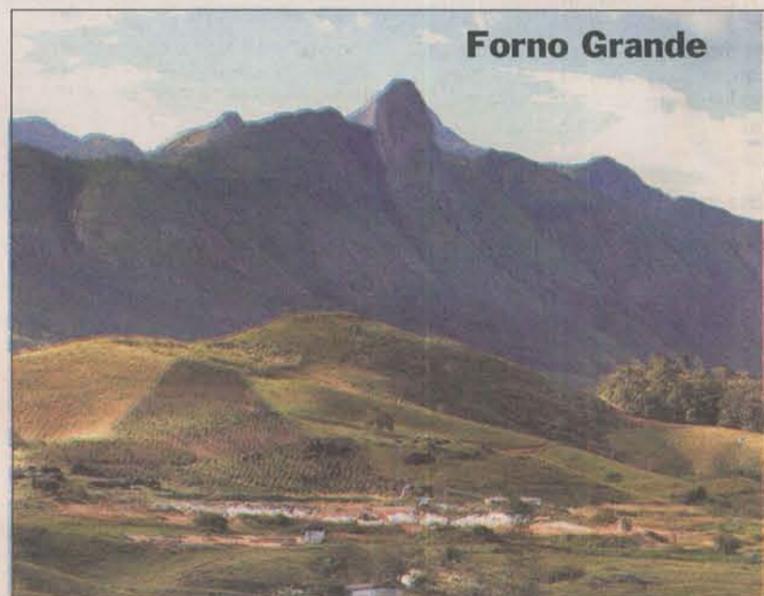
Já o da Mata das Flores ainda não dispõe de infra-estrutura para receber os visitantes.

De acordo com Rita, como o período ainda é de transição, as unidades não dispõem de um conselho gestor, o que deverá ser formado em breve e contará com a participação de membros da sociedade civil e poder público.

“Estamos estimulando a participação da comunidade para que ela possa ser parceira do meio ambiente. As pessoas precisam estar conscientes de que o patrimônio natural é de todos. Sem conscientização não há preservação. O fiscal é o cidadão”, destaca.



Cachoeira da Fumaça



Forno Grande

Frade e a Freira: monumento

Outra importante ação com objetivo de preservar os recursos naturais na Bacia do Rio Itapemirim foi o decreto do governador Paulo Hartung, assinado no último dia 8, que eleva “O Frade e a Freira” à categoria de Monumento Natural.

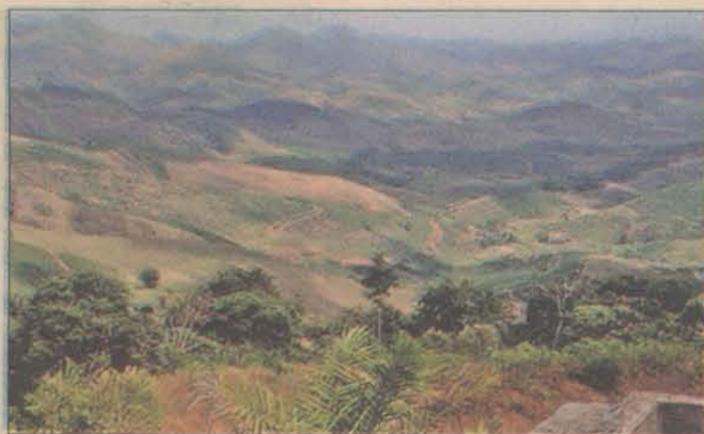
Com a medida, o mais importante cartão postal do Sul Estado terá minimizado os impactos ambientais causados pela mineração em seu entorno, além de serem trabalhadas novas práticas de manejo na região, principalmente aquelas voltadas para as atividades de ecoturismo e agroturismo.

“O trabalho agora é de mobilização junto à comunidade para reconhecimento de lideranças. A idéia é compor um conselho

gestor para unidade. Posteriormente, será elaborado um plano de manejo”, informa a analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e coordenadora do Grupo de Áreas Protegidas do Iema Rita Mendes.

O Frade e a Freira está localizado no limite dos municípios de Rio Novo do Sul, Cachoeiro de Itapemirim e Vargem Alta. Por uma estrada de terra chega-se ao pé do monumento, a uma altitude de 670 metros e a três quilômetros da BR-101 Sul.

A escalada dura 60 minutos e é acessível a qualquer pessoa. O final é no topo do Frade. Lá no alto, em meio à vegetação rasteira e ao assobio dos pássaros, dá para apreciar o mar e as cordilheiras do Caparaó.



Parque do Caparaó abriga as nascentes do Itapemirim

Caparaó, onde tudo começa

No Parque Nacional do Caparaó — localizado entre os municípios de Ibitirama, Irupi e Iúna — estão as principais nascentes da Bacia do Rio Itapemirim (BRI), com inúmeras cachoeiras de águas cristalinas, piscinas naturais, vales e mata atlântica intocável.

É essa característica natural que faz da BRI uma região potencialmente geradora de divisas e de grande potencial turístico.

Com uma área de 18.600 hectares, o parque tem terras no Espírito Santo (68%) e em Minas Gerais (32%). Nela está o Pico da Bandeira — o terceiro mais alto cume do País, com 2.890m, que fica do lado capixaba, no município de Ibitirama.

“A região dispõe de uma das

maiores diversidades florísticas do País e muitas espécies endêmicas. A área é um refúgio ecológico para inúmeras espécies, especialmente para o macaco muriqui”, conta a analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Iema e conselheira do parque, Maria Otávia Crepaldi.

Ela explica que, devido ao seu difícil acesso e ao distanciamento de centros urbanos e universidades, ainda há pouco conhecimento sobre toda a diversidade natural do parque, apesar dele ter sido criado em 1961.

Maria Otávia conta que uma equipe formada por 10 pesquisadores está concluindo a revisão do plano de manejo do parque, e que ele deverá ser entregue ainda este ano.

Cafundó: a 1ª reserva particular

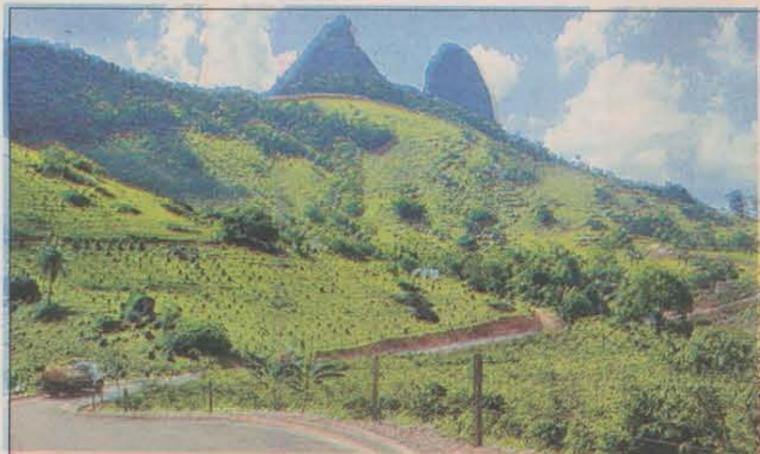
Na Bacia do Rio Itapemirim está localizada a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural do Estado (RPPN), a da Fazenda Cafundó, em Cachoeiro de Itapemirim, que foi criada em 1998 e possui 500 hectares.

Nela foi encontrada uma variedade enorme de aves e mamíferos, a maioria ameaçada de extinção, e um considerável número de nascentes.

Próximo da fazenda está a única reserva biológica do Sul do Estado, antes pertencente à Emcapa hoje Incaper, e transformada em Floresta Nacional (Flona), administrada pelo Ibama, local que hoje está voltado para um harmonioso trabalho de biodiversidade, ecoturismo e educação ambiental.

Segundo a analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Iema Rita Mendes, a importância da RPPN está no fato de que, ao averbar uma área, o proprietário assegura que ela fique perpetuamente protegida, independente da venda ou passagem por meio de herança.

“Como 90% do que sobrou da mata atlântica está em área particular, esse tipo de categoria garante a preservação da área averbada”, explicou.



A lenda - Duas montanhas formam a figura de dois religiosos. Conta a lenda que um padre apaixonou-se por uma freira. Como o amor entre eles era impossível, foram transformados em pedra para que esse amor fosse eternizado.

ra. Como o amor entre eles era impossível, foram transformados em pedra para que esse amor fosse eternizado.